



Sede Nacional

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º Andar - 1150-109 Lisboa
Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 8470156
E-mail: geral@apg-gnr.pt



Membro da Confederação
Europeia de Polícia – EuroCOP
Organização não Governamental no
Conselho da Europa

Nota à Imprensa

Profissionais da GNR agredidos em Vale de Vargo

Impunidade indigna os profissionais

Já começam a ser habituais os relatos de profissionais da GNR que são agredidos em serviço, sem que existam consequências para quem os pratica.

Desta vez foi em Vale de Vargo, dois profissionais da GNR do Posto de Vila Nova de São Bento foram agredidos, na sequência de uma operação de fiscalização de trânsito, estando um deles de baixa médica.

Após a detenção, o Ministério Público determinou que o agressor ficasse em liberdade até ser presente em tribunal, sendo que o juiz decretou a medida de coacção menos gravosa, Termo de Identidade e Residência.

Nesta situação, lamentavelmente, não há nada de novo em relação a tantos outros casos e parece que a banalização da prática de agressões e injúrias contra agentes da segurança pública tende a agravar-se, já que em regra a resolução jurídica destas situações prima pela absoluta impunidade, decidindo-se, invariavelmente, pelos mínimos penais constantes na lei. Desta forma, o facto de existirem penas superiores previstas na lei, quando o agredido é um agente do Estado, pouco importa, já que é uma norma que, em termos práticos, parece não ter utilidade.

Impõe-se uma necessária consciencialização por parte de quem decide e que, nas suas decisões deveria transpor o espírito da lei, que contempla a gravidade deste tipo de crime, não contribuindo activamente para que os profissionais sintam que estes casos primam pela impunidade e que se tendem a banalizar, pois, inexistindo consequências para quem os pratica, não existe efeito dissuasor.

É a própria autoridade do Estado, que tem nos profissionais das forças de segurança o seu rosto mais imediato junto das populações, que fica fragilizada e é desrespeitada.

Por outro lado, há consequências sim, mas sempre para o mesmo lado, ficando os profissionais que são agredidos sujeitos a pagar os seus tratamentos e consultas, bem como ficam privados de parte do vencimento, caso tenham que apresentar baixa-médica, enquanto aguardam a decisão de um moroso e burocrático processo que prove que se tratou de uma situação em serviço.

Perante tanta impunidade outro sentimento não poderia prevalecer que não seja absoluta indignação, sentida por quem todos os dias arrisca a vida em nome da paz pública e que vê uma justiça que parece apenas ser célere e por vezes injusta, quando do outro lado está um profissional da GNR.

Lisboa, 23 de Julho de 2018

A Delegação Sul da APG/GNR